

Rubem Medina compara Brasil de 83 com crise americana de 1929

9 SET 1983 O GLOBO

Economia Brasil

WASHINGTON (O GLOBO) — “Em 1983 os brasileiros estão vivendo um drama semelhante ao que os americanos viveram em 1929. E vão superá-lo, mais cedo ou mais tarde. Mais cedo, se vocês e todos os povos do mundo aprenderem a nos conhecer melhor e a confiarem em nós. Mais tarde, e a um custo muito mais alto para todos, se o mundo não perceber que, hoje, os destinos das nações estão de tal forma interligados, que as tragédias já não respeitam fronteiras”.

A afirmação é do Deputado Rubem Medina (PDS-RJ) e foi feita em discurso pronunciado ontem na Universidade Johns Hopkins, em Washington. Medina disse que estava intencionalmente falando de uma época que os americanos não sentiam prazer algum em lembrar, mas que tocava no assunto “para recolher na História uma lição de esperança”. Ele afirmou que tem a convicção de que a crise brasileira já não pode ser resolvida por instrumentos econômicos.

“Ou teremos uma solução política — disse — ou não teremos solução. Não se trata mais de pagar o que devemos — e vamos pagar até o último

centavo, se nos derem tempo e condições para isso — mas de decidir se o Brasil tem direito a um futuro. E essa decisão implica um conjunto de medidas de curto e longo prazo que não se resolvem na máquina de calcular, mas no consenso político dos brasileiros e de seus credores no mundo.

Medina disse que o Brasil não pretende declarar moratória, mas está assumindo muitos dos ônus que habitualmente decorrem de uma moratória, “sem gozar da liberdade de ação que as moratórias permitam”. Citou como exemplo dos problemas que o País está enfrentando o fim dos empréstimos externos, o baixíssimo nível das importações — e a consequente falta de componentes vitais para muitos produtos brasileiros.

O Deputado avisou que estava falando como “cidadão brasileiro e que não estava fazendo um pronunciamento oficial, de um representante do Governo do Brasil”, mas apresentou um programa de quatro pontos para resolver a crise:

1 — Período de carência, de três a cinco anos, sem o pagamento de juros nem do principal dos compromissos já vencidos.

2 — Incorporação dos juros já vencidos ao principal da dívida para pagamento em prazo mais dilatado, uma vez encerrada a carência (essa medida, tomada por via política e a nível de Governo permitiria aos bancos credores lançar em suas contas os juros não pagos como novos empréstimos e não como prejuízo).

3 — Novos créditos, de caráter reprodutivo, a juros mais baixos que os atuais, para pagamento a longo prazo (esses créditos seriam para retomar projetos de desenvolvimento interrompidos atualmente).

4 — Investimentos diretos em áreas voltadas para o atendimento do mercado interno (“um mercado tão atraente que respondeu por 20 por cento da receita total do Citibank no mundo inteiro”).

Segundo ele, o ideal seria que essas reivindicações fossem atendidas espontaneamente, através do pleno acordo das instituições públicas e privadas a quem o Brasil está devendo.

— Se o Brasil afundar, econômica ou politicamente, não afundará sozinho. De um lado a América Latina, de outro o sistema bancário internacional afundarão com ele — avisou.